

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019

PET no RE nos EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº

1.175.246 - GO (2017/0243875-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
REQUERENTE : ALFREDO FERREIRA TARTUCE
ADVOGADO : ALFREDO FERREIRA TARTUCE (EM CAUSA PRÓPRIA) E
OUTROS - GO002992
ADVOGADA : DANIELA PIMENTEL TARTUCE E OUTRO(S) - GO023719
REQUERIDO : COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DOS PRODUTORES
RURAIS DO SUDOESTE GOIANO - COMIGO
ADVOGADO : ANDRÉA VIEIRA PARANAÍBA QUEIROZ - GO024230

DESPACHO

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por ALFREDO FERREIRA TARTUCE, contra decisão monocrática proferida pelo Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, às fls. 413/416.

O recurso extraordinário não foi admitido em *decisum* assim ementado (fl. 480):

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. PRELIMINAR DE REPERCUSSÃO GERAL. AUSÊNCIA. VÍCIO FORMAL GRAVE. REQUISITO INDISPENSÁVEL. RECURSO NÃO ADMITIDO.

Dáí, foi apresentada a Petição de nº 349510/2019, (fls. 485/489), na qual o requerente pleiteia a nulidade processual, sob a alegação de que houve erro material no julgamento do Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial (fls. 413/416) de forma monocrática.

Não há mais nada a prover na espécie.

Com efeito, proferida decisão inadmitindo o recurso extraordinário, mostra-se exaurida a jurisdição do Superior Tribunal de Justiça.

Nos moldes do artigo 1.030, § 1º, do Código de Processo Civil, da decisão de inadmissibilidade proferida com fundamento no inciso V do mesmo dispositivo legal, caberá apenas agravo em recurso extraordinário para o tribunal superior (artigo 1.042 do CPC).

De fato, uma vez inadmitido o recurso extraordinário, esgota-se a jurisdição do Tribunal de origem, sendo cabível, tão somente, o agravo em recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, recurso sobre o qual a Corte local não tem mais jurisdição, cabendo-lhe, tão somente, a remessa dos autos à Suprema Corte.

Portanto, não cabe mais a análise de nulidade processual pela Vice-Presidência ou por este Tribunal, tendo ocorrido a preclusão temporal. Ademais, transcorrido o prazo para a interposição do recurso cabível na espécie, qual seja, o agravo para o Supremo Tribunal Federal, verifica-se a ocorrência do trânsito em julgado da decisão que inadmitiu o recurso extraordinário.

Feitas essas considerações, **fica determinada a certificação do trânsito em julgado da decisão que inadmitiu o extraordinário e o arquivamento imediato de quaisquer outras manifestações, dispensando o envio de expediente avulso à Vice-Presidência. Baixem-se os autos caso ainda estejam no âmbito do STJ.**

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2689 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 12 de Junho de 2019 Publicação: Quinta-feira, 13 de Junho de 2019
Intime-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente

